

12^a CLAD - 2007

Painel
**“As autarquias na era da informação:
o governo electrónico local”**

RESULTADOS DE UMA ABORDAGEM DE CIDADE DIGITAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Joaquim Borges Gouveia, UAveiro, Portugal
Luis Borges Gouveia, UFPessoa, Portugal
31 Outubro 2007
SANTO DOMINGO

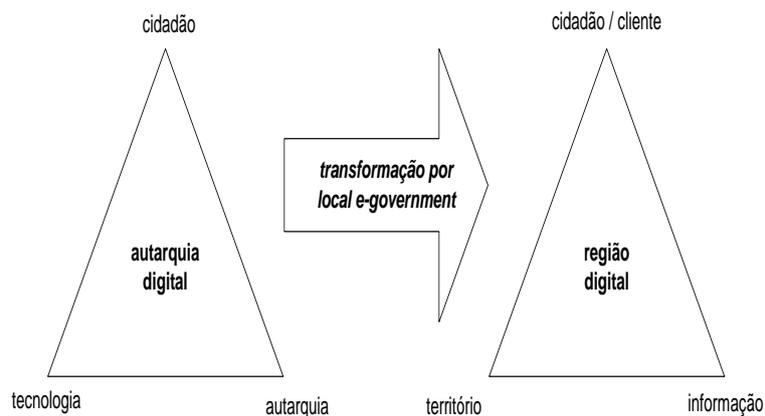
SUMÁRIO

- **Da autarquia digital para a região digital**
- **Relações do território com o local e-government**
- **Obstáculos e prática do local e-government**
- **Autarquia digital: da experimentação à estratégia**
- **Factores críticos de sucesso do local e-government**
- **Modelo de maturidade do local e-government**
- **Evolução da governação face ao local *e-government***
- **Considerações finais**

Da autarquia digital para a região digital

- **Na autarquia digital**, *é a relação entre o cidadão e a autarquia* que serve de referencial ao esforço a desenvolver. **A tecnologia** cumpre assim um importante **papel de mediação**
- **Na região digital**, *é a relação entre o cidadão e a informação* que serve de referencial, **tendo como seu mediador, o referencial território** – desta forma, **cabe à região digital o suporte tecnológico** para dar suporte a estas relações
- **O poder local**, devido às suas responsabilidades sociais, **assume-se como elemento natural para, a nível local, ser o representante com autoridade para regulamentar e regular os significados, formatos e codificação da informação**, tendo por base os interesses do próprio território.

Da autarquia digital para a região digital



Caso de estudo: o Gaia Global...

Relações do território com o local e-government

- *O local e-government* ocorre desde uma simples presença na Web, com afixação de informação geral, até uma revisão profunda de hábitos e formas de trabalho com impacto no dia a dia de todos os munícipes
- *O local e-government* é uma nova perspectiva de lidar com as atribuições associadas ao poder local e Administração Pública local, *propõe uma esperança renovada de aumento de eficácia e eficiência no seu funcionamento, de maior integração e potenciação interna da informação e do conhecimento local que gera e que agrega*
- *O local e-government* preocupa-se com aspectos como o custo associado ao seu funcionamento, os tempos de resposta e os aumentos de produtividade.
- *O local e-government* preocupa-se com a competitividade do território e torna-se um agente com mais influência e intervenção local sendo o primeiro ponto de acolhimento associado ao território

Obstáculos à adopção do local e-government

São considerados os seguintes obstáculos

- dificuldades financeiras
- garantia de segurança
- protecção de dados pessoais
- estrutura organizacional desadequada
- a falta de equipamentos e facilidades de computadores e redes
- o envolvimento dos dirigentes políticos
- leis e regulamentação de carácter nacional
- regulamentação e práticas do poder local
- disponibilidade das chefias intermédias

Nos casos mais avançados, os obstáculos são:

- a falta de pessoal qualificado em tecnologias de informação
- recursos financeiros escassos
- falta de conhecimento do uso da Internet

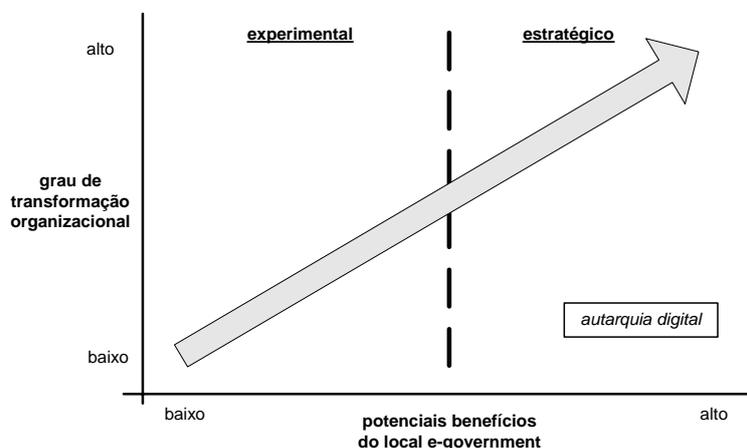
A prática do local e-government

- A implementação do *local e-government* é um **exercício complexo**, sendo **de considerar os seguintes aspectos: as políticas, a gestão de projectos, o financiamento e o relacionamento com os cidadãos**, entre muitos outros factores, igualmente importantes
- A implementação do *local e-government* **requer a produção de trabalho, com preocupações distintas e diferentes audiências**
- A implementação do *local e-government* **exige assegurar que a sua realização seja estruturada e permita cumprir a promessa de transformação organizacional** sem que tal signifique o risco de colapso da organização existente
- A implementação do *local e-government* **passa por uma fase inicial de experimentação e avaliação do impacto, a que se seguirá um esforço mais esclarecido rumo a uma intervenção estratégica para o desenvolvimento da autarquia digital.**

Autarquia digital: da experimentação à estratégia

- A figura seguinte separa o esforço realizado para a implementação do *local e-government*, em dois tipos de intervenção: **experimental e estratégico**
- No período experimental são realizados **projectos individuais e lançadas iniciativas, servindo para avaliação de capacidades e de impacto**
- O período estratégico permite **a elaboração dos resultados do período anterior, de forma a suportar uma intervenção mais adaptada aos contextos locais, mais sistematizada e mais abrangente**

Autarquia digital: da experimentação à estratégia



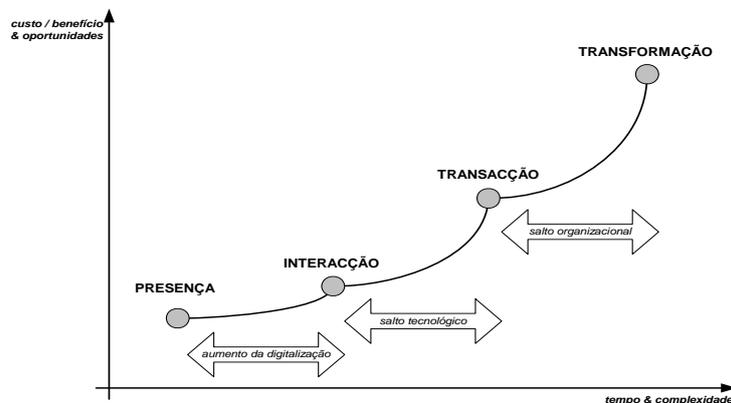
Factores críticos de sucesso do local e-government (1)

- **Garantir uma liderança forte:** os líderes são responsáveis por manter unidos todos os esforços, estabelecer as prioridades e garantir a realização das acções que conduzam ao seu sucesso;
- **Aprender com outros:** recolher informação, boas práticas e casos de estudo de implementação do *local e-government* noutros locais;
- **Envolver as pessoas certas:** é crucial conseguir recolher os pontos de vista e perspectivas de quem decide, usa e suporta o *local e-government* – exige grande disponibilidade e tempo;
- **Desenvolver parceiras com fornecedores das TIC:** envolvimento dos fornecedores em parcerias e desenvolvimentos conjuntos, o que diminui igualmente os custos associados e aumenta a capacidade de conhecimento de novas soluções e manutenção das actuais;

Factores críticos de sucesso do local e-government (2)

- **Reconhecer as diferenças políticas:** o reconhecimento das diferenças políticas nem sempre é fácil e muitas vezes impossível
- **Partilhar informação de forma constante e consistente:** a ser realizada com todos os envolvidos e igualmente com todos os que pretendam tomar conhecimento da implementação do *local e-government*
- **Criar parcerias inovadoras:** permite a renovação de ideias e de práticas e favorece a descoberta de novas soluções e permite obter mais recursos para financiar a implementação do *local e-government*
- **Arranjar um compromisso entre o direito de privacidade e o direito de conhecer:** o poder local recolhe e armazena informação sensível de variadas formas, através de registos civis, de polícia e de propriedade, que importa salvaguardar

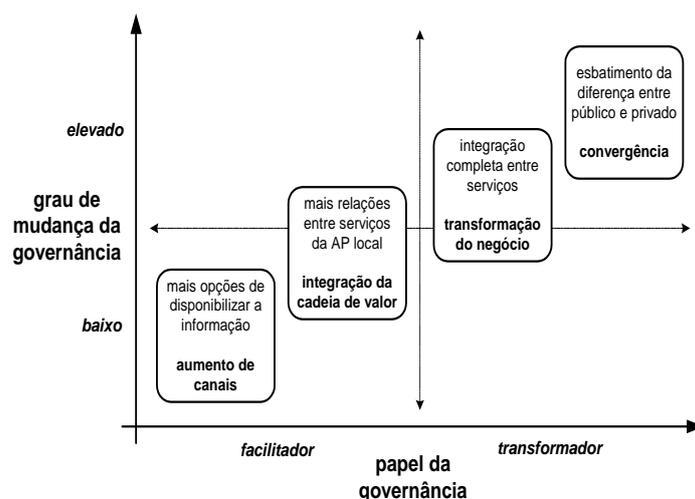
Modelo de maturidade do local e-government



Evolução da governação face ao local e-government

- Crescente mediação electrónica;
- Maior participação e abertura nos processos de tomada de decisão;
- Maior disponibilidade e oferta de informação;
- Maior rastreio das operações da Administração Pública local – transparência – e consequente responsabilização;
- Maior velocidade de circulação de informação a exigir e maior capacidade de reacção;
- Menor capacidade de isolamento de intervenção política para suporte ou influência de pequenas questões, por força da maior interdependência; da integração entre público e privado; e da maior interdisciplinaridade.

Evolução da governação face ao local e-government



Evolução da governação face ao local e-government

- **Aumento de canais:** recurso à tecnologia para adicionar alternativas de disponibilizar informação, com vista a facilitar e diversificar o acesso à informação;
- **Integração da cadeia de valor:** aproveitando a disponibilidade da informação e a existência de computadores e redes, sendo incentivada a incorporação destas facilidades nas operações da Administração Pública local. O efeito é o incremento das relações e aumento do potencial de integração entre diferentes serviços;
- **Transformação do negócio:** a existência de informação e tecnologia de relação entre organismos da Administração Pública local permite a adição de valor e o descarte de actividades de tratamento e preparação de informação agora desnecessárias;
- **Convergência:** com a transformação do modelo de negócio e operação de cada serviço, mais recursos são libertados. Estes recursos podem ser aplicados na integração e na procura de informação externa e de outros serviços de modo a aumentar o valor acrescentado. A procura crescente de melhoria da organização e o aumento do valor acrescentado oferecido levam a um esbatimento entre o público e o privado. Os princípios de funcionamento de ambos tendem a aproximar-se no que se refere à orientação para o cliente, maximização de eficiência, procura de resultados e aumento da qualidade de serviço. No entanto, a Administração Pública tem de assegurar a disponibilização e o acesso à informação, a salvaguarda de princípios de equidade, de inclusão e de transparência, sendo assim diferente do sector privado.

Considerações finais...

- **Na perspectiva do indivíduo como primeiro cliente, existem três grandes áreas de observação de efeitos obtidos do local e-government: os serviços; o acesso à informação e o nível de participação obtido**
- **Adicionalmente, é possível ainda considerar os ganhos internos de funcionamento quer do poder político (pela sua responsabilização) e da Administração Pública local (pela sua capacidade de resposta e eficácia), quer por ambos, no que respeita à eficiência do uso de recursos e transparência de operações**
- **Finalmente, a constatação de que o desenvolvimento associado ao local e-government, pode e deve levar à redução de práticas de corrupção por via do aumento da responsabilização e da maior transparência, aumentando a participação dos cidadãos na tomada de decisão associada ao poder local, e melhorando a transparência das operações da Administração Pública local**

CLAD-2007

Painel
**“As autarquias na era da informação:
o governo electrónico local”**

RESULTADOS DE UMA ABORDAGEM DE CIDADE DIGITAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Joaquim Borges Gouveia, UAveiro, Portugal
bgouveia@ua.pt

Luis Borges Gouveia, UFPessoa, Portugal
lmbg@ufp.pt

31 Outubro 2007
SANTO DOMINGO